

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ARIELI DEL CASTANHEL CECHINEL**

**ESTUDO DE CASO: A CONTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E  
GERENCIAIS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

**CRICIÚMA**

**2018**

**ARIELI DEL CASTANHEL CECHINEL**

**ESTUDO DE CASO: A CONTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E  
GERENCIAIS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
para obtenção do grau de bacharel no curso de  
Ciências Contábeis da Universidade do  
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Manoel Vilsonei  
Menegali

**CRICIÚMA**

**2018**

**ARIELI DEL CASTANHEL CECHINEL**

**ESTUDO DE CASO: A CONTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E  
GERENCIAIS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
pela Banca Examinadora para obtenção do  
Grau de Bacharel, no Curso de Ciências  
Contábeis da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa  
em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 07 de dezembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Manoel Vilsonei Menegali – Esp. - (UNESC) - Orientador

---

Prof. Marja Mariane Feuser –Esp.- (UNESC) - Examinador

---

Prof. Valcir Mantovani – Esp. - (UNESC) - Examinador

**À todos os presentes na minha trajetória.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que colaboram de alguma forma nessa etapa da minha vida, a Deus que está presente nos detalhes, à minha mãe Liege que não mede esforços para me apoiar e está sempre ao meu lado, e a toda a minha família que sempre acompanhou o meu crescimento.

Aos amigos que conheci na faculdade e dividiram os momentos intensos do curso comigo, alegrias, eventos, gincanas, noites e fins de semana resolvendo trabalhos e provas desses 4 anos e meio de muito conhecimento. E também agradeço aos amigos que lidaram com a minha ausência e as mudanças devido a esse período da minha vida.

Ao meu orientador que dedicou seu tempo em minha pesquisa e acreditou nela, e a todos os professores que transmitiram sua sabedoria durante essa jornada.

A todos que colaboraram de alguma forma nesse processo, meu eterno agradecimento!

**“Cuidado com gente que não tem dúvida. Gente que não tem dúvida não é capaz de inovar, de reinventar, não é capaz de fazer de outro modo. Gente que não tem dúvida só é capaz de repetir.”**

**Mario Sergio Cortella.**



## **ESTUDO DE CASO: A CONTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E GERENCIAIS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**Arieli Del Castanhel Cechinel<sup>1</sup>**

**Manoel Vilsonei Menegali<sup>2</sup>**

**RESUMO:** A Lei 11.101/2005 tem o intuito de preservar as organizações que estão com dificuldades econômicas e financeiras, em busca de uma recuperação. Diante disso, a Lei possibilita a retomada de empresas produtivas, a proteção de empregos, e o benefício socioeconômico. A contabilidade está presente durante esse processo, gerando informações através de relatórios gerências e financeiros. Neste estudo, o objetivo principal é apresentar a relação dos relatórios financeiros e gerenciais no processo de recuperação judicial em uma empresa da região sul de SC. Para atingir esse objetivo, utilizou-se como metodologia a pesquisa descritiva, onde um levantamento descreveu os relatórios utilizados antes e após o processo e foi realizada a análise do impacto de cada um deles no mesmo, com aplicação de uma entrevista com o gestor financeiro, responsável pelo desempenho da empresa no processo da recuperação judicial em busca de fortalecer a pesquisa e confirmar os resultados alcançados. As contribuições deste estudo estão ligadas ao aperfeiçoamento dos conhecimentos do assunto proposto, demonstrando de forma clara e objetiva a contribuição que os relatórios contábeis fornecem ao processo de recuperação judicial. Com base nos resultados obtidos percebe-se que os efeitos adquiridos após essas modificações foram benéficos para a empresa estudada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recuperação Judicial. Demonstrações Contábeis. Contabilidade financeira. Contabilidade Gerencial.

**ÁREA TEMÁTICA:** Contabilidade Gerencial

### **1 INTRODUÇÃO**

A Recuperação Judicial (RJ) foi instituída no Brasil pela Lei nº 11.101/2005, e funciona como instrumento para que as empresas que se encontram com dificuldades financeiras tenham a oportunidade de superar tais dificuldades ou crise. A ocorrência de fatores como escassez de crédito, falta de capital, inadimplência de clientes, má gestão, falta de planejamento, forte concorrência e impostos elevados podem levar empresas a apresentarem insolvência (ROGGIA, 2008).

O processo de Recuperação Judicial oferece à entidade devedora, a oportunidade de apresentar estratégias de pagamento e renegociação de suas dívidas, em conjunto com os credores, em assembleia geral, analisando a viabilidade do plano e a concessão da recuperação, conforme Brasil (2005) Art. 35 da Lei nº 11.101/05. Após o deferimento da RJ, um administrador é nomeado pelo juiz para fiscalizar o cumprimento do plano e requerer a prestação de contas

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



mensalmente, que permite acompanhar o desenvolvimento da empresa (BRASIL, 2005 Art. 52 da Lei nº 11.101/05)

Na página da Innovare, administradora judicial de Santa Catarina, é possível acompanhar os processos no âmbito estadual. De acordo com a mesma, os pedidos de Recuperação Judicial tiveram um crescimento de 33% em 2017 comparados ao mesmo período do ano anterior. Em SC os decretos de falência também tiveram crescimento, chegando a 30% no mesmo período.

Dentro do contexto do que rege a Lei nº 11.101/05 está a contabilidade, que atua diretamente no processo de Recuperação Judicial na medida em que os relatórios contábeis norteiam a elaboração do plano judicial e contemplam a dívida, demonstrando a viabilidade econômica e, por meio de laudo pericial, apresentam os bens e os ativos do devedor conforme exige o Art. 53 da Lei nº 11.101/05. A contabilidade também se faz presente nas etapas de reestruturação da empresa e no seu planejamento.

Dessa forma, a partir do que se pode observar nas mídias sobre as crises econômica e financeira que atingem o país e considerando que no ano de 2018 em SC ocorreram 21 falências decretadas, conforme JUSESC (2018) a presente pesquisa pretende resolver a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a relação dos relatórios financeiros e gerenciais no processo de Recuperação Judicial de uma empresa? Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar a relação dos relatórios financeiros e gerenciais no processo de recuperação judicial em uma empresa da região sul de SC. Desse modo, pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos: i) apresentar os relatórios contábeis exigidos por um processo de RJ; ii) identificar os relatórios que eram elaborados antes e depois da RJ pela empresa investigada; e iii) apresentar as implicações do uso desses relatórios para a empresa na percepção dos gestores

A realização deste estudo justifica-se também pelo fato de haver escassez de estudos relacionados ao tema, que enfoquem a análise da influência da contabilidade na continuidade de empresas em RJ. Sendo encontrada apenas uma monografia no repositório da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC e uma tese na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD sobre a temática.

Devido à importância da contabilidade em gerar informações que possuem a função de conduzir à tomada de decisões será estudado a sua utilização no processo de Recuperação Judicial. Com a utilização dessas informações, espera-se que a empresa consiga se beneficiar de modo que com tais demonstrativos melhore os resultados alcançados. Reconhecida a importância da contabilidade, por gerar informações para a tomada de decisões, com a presente pesquisa pretende-se aplicar essas informações no processo de Recuperação Judicial da empresa em estudo, com o intuito de que a entidade consiga se beneficiar de modo que com tais demonstrativos alcance melhores resultados.

O destaque social desse estudo acontece diante da continuação da empresa, pois pressupõe que ao obter um resultado positivo com a RJ, a entidade permanecerá exercendo sua função. Acredita-se que, dessa forma, os empregos serão mantidos, os impostos continuarão sendo recolhidos, além do benefício para o desenvolvimento da região onde está inserida.

No âmbito social o estudo tem sua importância pois, pressupõe-se que ao obter um resultado positivo com a RJ, a empresa seguirá em pleno funcionamento,





os empregos serão mantidos, os impostos continuarão sendo recolhidos, além do benefício para o desenvolvimento da região na qual está inserida.

O artigo está estruturado em cinco seções: esta introdução seguida pela fundamentação teórica que aborda o tema Recuperação Judicial, e evidencia a função dos relatórios contábeis nesse processo; a terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos; a quarta expõe a apresentação e análise dos resultados; e, por fim, as considerações finais que explanam as conclusões, limitações do trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo, serão abordados brevemente os aspectos da Recuperação Judicial amparados pela Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. A seguir serão apresentadas as características da contabilidade financeira e gerencial e a atuação destas no processo de recuperação judicial, e ainda, uma sessão voltada aos estudos relacionados ao tema.

### **2.1 RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

O mundo dos negócios exige profissionais que liderem as empresas e que incorporem características de alto nível, como eficiência e eficácia, pois a demanda de negócios acontece rapidamente e decisões equivocadas e tardias podem prejudicar o andamento das atividades (ROGIA, 2008).

Vasconcelos (2012) delimita que os esforços para preservar a empresa devem ser priorizados, de forma a conscientizar os envolvidos na organização, buscando manter o caráter social, a geração de riquezas, mão de obra e justiça social.

Logo, a Recuperação Judicial é uma possibilidade, para empresas que estão em crise financeira, de se restabelecer junto aos seus credores, permitindo a conservação para seu restabelecimento, conforme Brasil (2005) Art. 47 Lei nº 11.101/05.

Cabe destacar a diferença entre falência e Recuperação Judicial. A liquidação (falência) ocorre quando a empresa precisa ser encerrada e é necessário usar os ativos para pagar os credores. A reorganização (Recuperação Judicial) é direcionada às empresas que ainda têm capacidade de retomar suas operações, e demanda a renegociação das dívidas (JUPETIPE, 2017).

Fonseca e Köhler (2005) comentam que a RJ tem a missão de recuperar empreendimentos produtivos e retirar do mercado aqueles que são irreparáveis. Além de proteger os trabalhadores, reduzir o custo do crédito no país, maximizar o ativo do devedor, pontos que são vistos nesse processo.

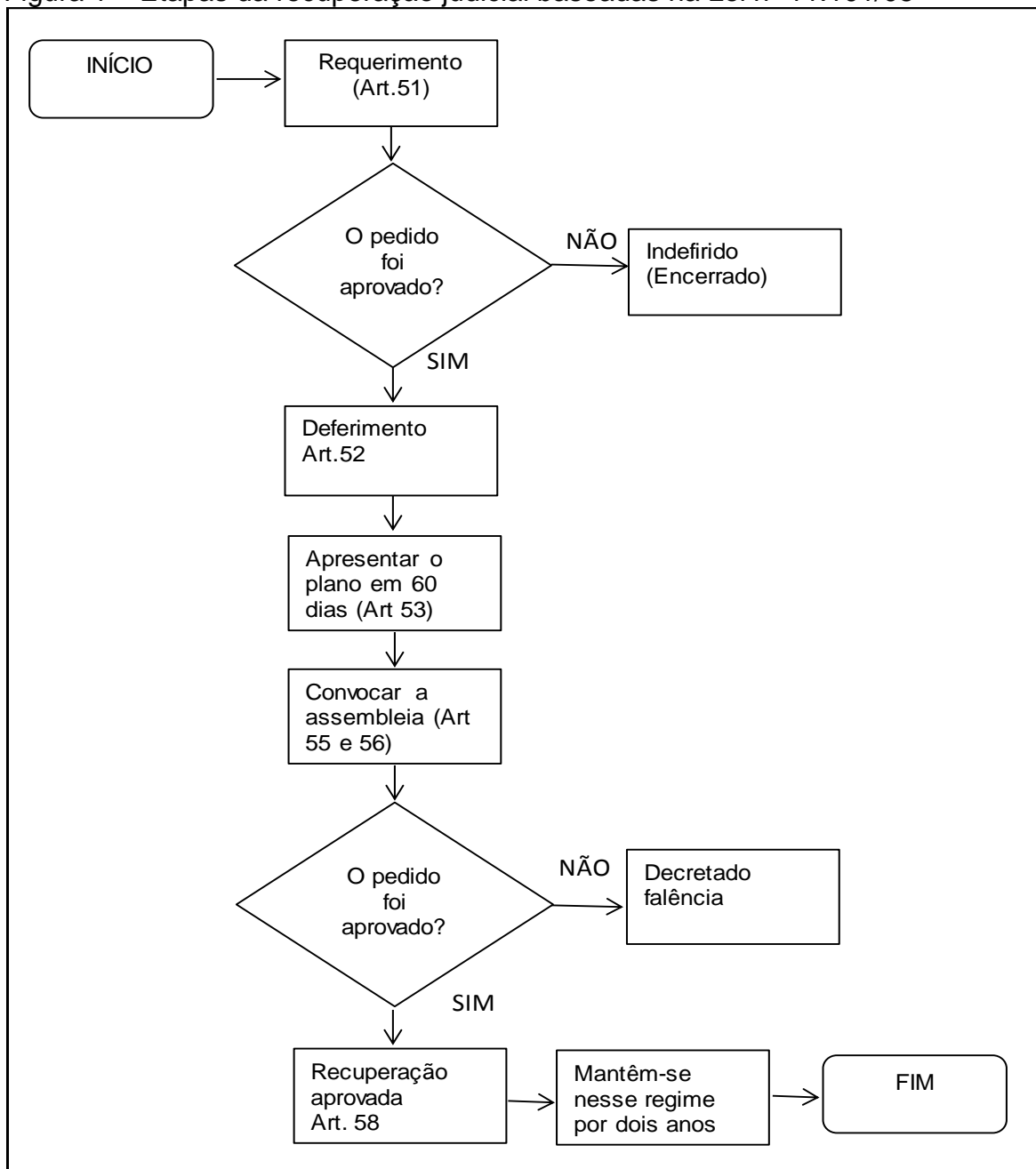
Ademais, Bezerra Filho (2007) comenta sobre a percepção que a Lei nº 11.101/05 traz, percorre não somente o direito do credor, a preservação da empresa, essa que é produtora de bens e serviços, geradora de empregos, sendo que seus interesses sociais necessitam de assistência tanto quanto o de seus fornecedores. De acordo com Coelho (2008) a Recuperação Judicial veio para substituir a concordata que apenas concedia prazos e melhores condições.

A RJ abrange os créditos, exceto os de natureza fiscal, conforme Brasil (2005) Art. 7º da Lei nº 11.101/05 “As execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de



parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica”. Para apresentar de forma clara as etapas do processo de RJ, na Figura 1 expõe-se um fluxograma dessas etapas.

Figura 1 – Etapas da recuperação judicial baseadas na Lei nº 11.101/05



Fonte: Adaptado de Bezerra Filho (2007).

Para realizar a primeira etapa que consiste no requerimento é necessário apresentar a situação financeira e patrimonial da empresa, seguindo as necessidades dispostas do artigo 51 da Lei nº 11.101/05 (BRASIL, 2005), exibindo as demonstrações contábeis conforme:

I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira



II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

balanço patrimonial

demonstração de resultados acumulados;

demonstração do resultado desde o último exercício social

relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;

IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;

V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;

VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;

IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

Após a entrega dos relatórios financeiros, é necessário apresentar o plano de Recuperação Judicial. Coelho (2013) explica que esta fase é a mais importante, pois um plano mal elaborado compromete o processo. Portanto, é necessário elaborar objetivos para manter a produção, os empregos, a geração de recursos e impostos a fim de preservar a atividade econômica e proteger a função social.

No entanto, é necessário cumprir com as exigências do artigo 53 da Lei 11.101/05, apresentando o plano em prazo improrrogável de 60 dias contemplando: discriminar os meios utilizados de recuperação, demonstrar a viabilidade econômica da empresa; e apresentar um laudo econômico-financeiro dos bens e ativos do devedor (BRASIL, 2005).

Dentro desse contexto Vasconcelos (2012) afirma que o andamento do plano precisa ser coordenado por um profissional idôneo que mostre a situação aos sujeitos envolvidos no processo, pois são os credores que definirão, por meio de voto o futuro da empresa.

Concomitantemente, existe a necessidade de verificar essas informações, para tal é nomeado o administrador judicial. No Art. 21 da Lei nº 11.101/05 são dispostas as características desse que deverá contemplar profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada que fará a verificação mensal, revisando a partir dos documentos apresentados pela empresa. A análise dos créditos será realizada por este, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do



devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas. (BRASIL, 2005).

Durante o período estabelecido de dois anos, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano gerará a recuperação em falência, nos termos do art. 73 da Lei nº 11.101/05.

Em realidade, o processo de recuperação é a conscientização de que o mesmo vale pelos resultados alcançados e o retorno positivo que produz, diante do interesse público que exhibe (VASCONCELOS, 2012).

## 2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL X FINANCEIRA

Devido ao crescimento de mercado e a necessidade de demonstrativos que relatassem o controle das operações, surgiu no período da Revolução Industrial a Contabilidade Gerencial. Com o propósito de desenvolver relatórios que proporcionassem a visão das melhores maneiras de compreender e controlar o negócio, através da identificação dos custos envolvidos, controle dos fornecedores, estoques, matéria-prima e estudo dos concorrentes, sendo ferramenta de gestão para os administradores (CARDOSO; MARIO; AQUINO, 2007).

Os relatórios da Contabilidade Gerencial enfocam áreas de controle, de finanças e orçamento, e são relatórios de uso interno. Por meio desses relatórios se obtém o controle de estoque, a folha de pagamento, dentre outros, e, além disso, funcionam como auxílio à gestão (FALK, 2001).

Ainda de acordo com Falk (2001), a Contabilidade Financeira dispõe de relatórios voltados a exibir os resultados, desenvolvido para o público externo; bancos, fornecedores, governo, e consiste em demonstrativos da receita, balanço e fluxo de caixa.

O Quadro 01 traz as principais diferenças entre os dois segmentos de contabilidade.

**Quadro 01 – As diferenças entre a contabilidade financeira x gerencial**

<b>Fator</b>	<b>Contabilidade Financeira</b>	<b>Contabilidade Gerencial</b>
Usuário.	Externo e Interno (Acionistas, sócios, credores).	Interno (Gestores e colaboradores).
Objetivo.	Exibir o resultado financeiro aos usuários.	Facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão.
Modelo dos relatórios.	Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Demonstração das mutações do patrimônio líquido.	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custo, relatórios especiais não rotineiros para facilitar a tomada de decisão.
Custos ou valores atualizados.	Primariamente históricos (passados).	Históricos e esperados (previsto).
Restrições.	Princípios contábeis geralmente aceitos.	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Arcabouço teórico e técnico.	Ciência Contábil.	Utilização pesadas de outras disciplinas como economia, finanças, estatística, pesquisa operacional e comportamento organizacional.
Características.	Deve ser objetiva, verificável, relevante e a tempo.	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos precisão.
Perspectiva dos relatórios.	Orientação histórica.	Orientada para o futuro para facilitar o planejamento, controle e avaliação do desempenho antes do fato ou para avaliar os resultados reais.

Fonte: Adaptado de Atkinson (2000)



Desse modo, ressaltando a análise feita por Atkinson (2000), é possível visualizar que ambos segmentos da contabilidade possibilitam aos usuários a análise da situação econômica da entidade, a contabilidade financeira demonstra os resultados através da predisposição das informações e a gerencial possibilita orientar para o futuro, traçando metas com o objetivo de reduzir custos.

### 2.3 A CONTABILIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A contabilidade está presente em todas as etapas da Recuperação Judicial, pois esta área fornece informações financeiras ao juiz. Por meio dos demonstrativos contábeis é exposta a verdadeira situação patrimonial, e a partir disso são observados os motivos da crise econômico-financeira. A contabilidade se faz presente desde o pedido de recuperação, atuando na elaboração do plano, além de realizar as prestações de contas, obrigatórias durante todo o processo.

A elaboração das demonstrações contábeis é obrigatória e deve ocorrer de acordo com as práticas adotadas no Brasil, tomando-se como base os termos da Norma Brasileira de Contabilidade Geral NBCTG'S. que trata da Escrituração Contábil.

A atuação da contabilidade ocorre em circunstâncias patrimoniais, financeiras e econômicas. Esta ciência persiste em captar, concentrar, reunir, registrar e interpretar as ocorrências dos ambientes citados, em pessoa física, jurídica, entidades sem fins lucrativos, Estados, União e outros (IUDICIBUS, 2010).

Logo, a contabilidade financeira está presente no desenvolvimento dos relatórios que expõem a situação da empresa, por meio dos demonstrativos específicos dentro da estrutura legal. Para melhor compreensão, o Quadro 02 traz a descrição de cada um dos relatórios exigidos pela NBCTG'S.

Quadro 02 – Relatórios financeiros

DFs	CONCEITO
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>Balanço Patrimonial:</b> segundo Morante (2007) e Marion (2003) é a representação monetária dos bens, direitos, obrigações e patrimônio da entidade. Normalmente, esse relatório é elaborado no fim do ano – podendo ser também em alguma data pré-fixada. Matarazzo (2010) explica que com o Balanço da empresa é possível encontrar um diagnóstico real da situação da entidade e acompanhar os resultados da mesma. Esses dados são importantes e servem tanto para o pedido de Recuperação Judicial, quanto para analisar o motivo da crise empresarial. Além disso, os índices financeiros correspondem à estrutura e capacidade de liquidez da empresa e o índice econômico mostra a sua rentabilidade. Portanto, o Balanço Patrimonial retrata a situação da empresa e a partir dessas informações faz com que o usuário acompanhe os resultados e consiga verificar as mudanças positivas e negativas que ocorreram no Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido da organização.
<b>DR</b>	<b>Demonstração de Resultado:</b> trata-se de um demonstrativo do exercício, sendo que no final do período são apuradas as despesas e receitas. A partir da Demonstração do Resultado é possível observar o indicador global de eficiência, com o objetivo de descobrir se há lucro ou prejuízo no período analisado, conforme análise de Marion (2003).

Continua...



...continuação.

<b>DMPL</b>	<b>Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido:</b> de acordo com Morante (2007) é a exposição de forma vertical da variação das contas que compõem o patrimônio líquido dentro do exercício. Conforme determina a NBC, apresenta o resultado da entidade para um período contábil, os itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período, os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correção de erros reconhecidos no período, os valores investidos pelos proprietários e os dividendos e outras distribuições para os proprietários durante o período.
<b>DFC</b>	<b>Demonstração de Fluxo de Caixa:</b> é o relatório no qual são detalhadas todas as operações realizadas no caixa ou equivalente de caixa. A variação do caixa, somado ao saldo inicial resulta no saldo existente no final do período (MALACRIDA, 2009). O objetivo da DFC é avaliar a liquidez da companhia, a capacidade de pagamento de dividendos e pagamentos, e criar estimativas para o futuro da empresa, a partir do presente (CHING; MARQUES; PRADO, 2010).
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>	<b>Notas Explicativas:</b> devem informar tudo que não tenha sido apresentado nas demonstrações contábeis; e prover informação adicional que não tenha sido apresentada, mas que seja relevante para sua compreensão. (NBC/2016) Martins, Miranda e Diniz (2014) delimita que o espaço mais adequado, para explicação das diversas circunstâncias relevantes que afetam cada conta das demonstrações contábeis, é exatamente as notas explicativas.

Fonte: Adaptado de Morante (2007), Marion (2003), Matarazzo (2010), NBC2016, Malacrida, (2009), Ching; Marques; Prado, (2010), Martins, Miranda e Diniz (2014).

Estes relatórios são voltados para avaliar os eventos econômicos e financeiros da empresa, pois disponibilizam informações que auxiliam a tomada de decisão e demonstram o desempenho da mesma. São dados operacionais ou físicos que atendem a análise de satisfação do cliente, o crescimento do orçamento, a capacidade de pagamento da empresa e a execução da estratégia deliberada, além de demonstrar o comparativo entre os últimos resultados e o futuro da empresa, capacitando os gestores a corrigir possíveis falhas e aperfeiçoar os pontos fortes. (ATKINSON 2000)

Concomitantemente, os relatórios gerências são voltados para planejamento e análise interna, através de planilhas e relatórios adaptados pela entidade. Para melhor visualização, o Quadro 03 demonstra o arcabouço dos relatórios gerências adaptados pela consultoria na empresa estudada.

Quadro 03 – Relatórios Gerenciais

DF's	CONCEITO
<b>CUSTO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	Tem objetivo de facilitar o controle das taxas e tarifas cobradas em operações com <i>factoring</i> ou fundos de investimento e acompanhar todas as custas no borderô, pois as mesmas não são visíveis no aditivo. Neste relatório é calculado o prazo médio e os juros cobrados em cada duplicata e quando necessário (em casos de desconto em <i>factoring</i> ), informações como IOF, IOF adicional e ad valorem. O objetivo desta planilha é identificar os custos por duplicata e acompanhar a taxa efetiva cobrada nesta operação, buscando realizar um parâmetro entre todos os FIDCS/ <i>Factorings</i> em busca do melhor custo de operação, além de dispor de um comparativo mensal, idealizando a evolução (CORPORATECONSULTING, 2018).

Continua...

...continuação

<b>COMPARATIVO ORÇADO X REALIZADO</b>	Conforme Padoveze (2010), para alcançar o planejamento orçamentário é necessário comparar os dados orçados com os dados reais obtidos. As variações ocorridas permitirão o diagnóstico da empresa, identificando se as variações foram decorrentes de planos, preços, quantidades, eficiência ou outros fatores. Para Bomfim (2007) o sistema orçamentário projeta as operações financeiras e controles operacionais e pode ser implantado em qualquer empresa. As tarefas são formalizadas de acordo com o orçamento previsto a fim de executar todas as suas obrigações.
<b>AGING LIST</b>	Ferramenta específica para controlar os recebimentos de cada cliente, podendo ser apresentado de diversas formas, por período, cliente, representação e outros (CORPORATECONSULTING, 2018).
<b>EBITDA</b>	Demonstra a capacidade operacional de geração de caixa, quanto maior, melhor a eficiência e capacidade de pagamento aos proprietários de capital e investimentos demonstrados pela empresa (ASSAF NETO e LIMA 2010). O EBITDA permite medir a produtividade da empresa, além de possibilitar comparar a eficiência diante de empresas do mesmo segmento (CORPORATECONSULTING, 2018)
<b>ORÇAMENTO BASE ZERO</b>	Padoveze (2000, p. 384) diz que “a filosofia do orçamento base zero está em romper com o passado, ou seja, nunca deixar o orçamento partir da observação dos dados do passado, pois estes podem conter ineficiências que poderiam ser perpetuadas” Para Atkinson et al. (2000, p. 495), “o orçamento base zero permite que os planejadores aloquem os recursos escassos da empresa para as propostas de gastos que, segundo eles, atingirão melhor as metas da empresa”.

Fonte: Assaf Neto e Lima (2010), Atkinson et al. (2000), Padoveze (2000), Padoveze (2010).

## 2.4 ESTUDOS CORRELATOS

Ao realizar pesquisas visando encontrar estudos correlatos ao tema, constatou-se que há diversos trabalhos que tratam da Recuperação Judicial, porém com relação à contabilidade, os números diminuem. No repositório da Unesc - Universidade do Extremo Sul Catarinense foi encontrada uma monografia e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) uma tese.

Jupetipe (2017) elaborou uma tese em que buscou verificar como a informação contábil pode contribuir para a eficiência dos processos de falência e de recuperação empresarial. Este estudo teve o objetivo de exibir maneiras de evitar o deferimento a empresas inviáveis por meio do uso das informações contábeis mediante três estudos de caso. Foi aplicado um modelo de previsão de insolvência buscando captar a viabilidade das empresas e comparar os índices de liquidez e endividamento. O autor constatou que a análise dos relatórios faz com que as empresas que não tenham condições de seguir com o processo de RJ - seja por falta de patrimônio, ou ativos, seja liquidada.

Gonçalves (2014) construiu sua pesquisa para resolver a problemática: qual a importância da contabilidade para a Recuperação Judicial de empresas? A partir de um estudo em uma empresa em RJ, conseguiu constatar que a contabilidade acompanha todo o processo da Recuperação, desde o apoio no processo, fornecendo os demonstrativos capazes de apontar a situação patrimonial e financeira da empresa, auxílio a informações que trazem melhorias e na prestação de contas realizada mensalmente. A partir de um estudo em uma empresa em RJ,



conseguiu constatar que a contabilidade acompanha todo o processo da Recuperação, fornecendo os demonstrativos capazes de apontar a situação patrimonial e financeira da empresa, auxiliando com informações que trazem melhorias, e promove a prestação de contas realizada mensalmente. Por isso, a presença da contabilidade se faz imprescindível, visto que ela auxilia na tomada de decisões, expõe o histórico da empresa e sua capacidade de se reerguer, além de que seus controles transferem informações que trarão retornos junto a RJ.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para alcançar os resultados diante dos objetivos de pesquisa, apresentam-se nessa seção os métodos científicos e instrumentos de coleta e análise de dados a serem utilizados.

O desenvolvimento deste projeto foi realizado com o intuito de trazer orientação para a resolução da questão problema citada inicialmente, de forma a desenvolver os objetivos gerais e específicos propostos, apresentando os procedimentos metodológicos e científicos usados na construção da pesquisa.

Dessa forma, a tipologia utilizada foi a pesquisa descritiva, que segundo Oliveira (1999) permite analisar o estudo e reconhecer as diferentes formas dos acontecimentos, sua ordenação e classificação. Assim foi escrito a estrutura da Recuperação Judicial e sua vinculação com os relatórios da contabilidade.

Quanto à abordagem, caracteriza-se a pesquisa como qualitativa, pois esta metodologia transparece o problema, o envolve e classifica aos processos (RICHARDSON, 1999).

O procedimento que definiu a rota de estudo foi o levantamento, mediante entrevista, que acontece diante de uma interrogação direta a quem deseja questionar algo. Assim, a partir das informações dispostas é obtido a conclusão correspondente aos dados obtidos (GIL, 1999).

Foi realizada pesquisa bibliográfica, com referências publicadas sobre o assunto em livros, teses e artigos do gênero. De acordo com Santos (2000), a pesquisa bibliográfica é composta de materiais já elaborados por autores, como livros, periódicos, vídeos, relatórios e etc.

Ainda com relação aos procedimentos foi realizado um estudo de caso, que conforme define Jung (2004), é uma pesquisa que busca modificar um contexto que não está nítido e desenvolve-lo.

O estudo de caso realizado com base nos dados de uma empresa em Recuperação Judicial, ocorrendo o acompanhamento dos demonstrativos usados antes e depois do processo, verificando quais relatórios foram implantados após o deferimento e a diferença que eles causam no dia a dia da empresa.

A coleta dos dados se deu por meio de entrevista com os consultores especializados que trouxeram tais técnicas para a empresa e aos gestores que passaram pela mudança e agora realizam o lançamento de tais informações. As entrevistas foram repassadas por *e-mail*, no mês de agosto de 2018.

### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capítulo apresenta-se a análise dos dados coletados no estudo de caso sobre a contribuição dos relatórios contábeis no processo de Recuperação



Judicial, partindo da descrição da empresa pesquisada, e indicando os demonstrativos utilizados e a contribuição gerada por eles nesse processo.

#### 4.1 DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A empresa objeto nesta pesquisa tem sede no Sul Catarinense e possui mais de 40 anos de história. Emprega diretamente 311 funcionários, e no período de outubro de 2017 a setembro de 2018 realizou o faturamento de 78 milhões.

Trata-se de uma empresa familiar que, após o pedido de Recuperação Judicial, conta com os serviços de uma consultoria de gestão de crises, a qual passou a reestruturar operações, processos e negócios da empresa. A consultoria possui uma equipe multidisciplinar nas áreas financeiras, negócios e economia, além de participar da reestruturação dos passivos, de forma a proporcionar resultados rápidos e eficazes. Logo, essa equipe trouxe novos hábitos e mudanças que serão apresentados neste estudo de caso

#### 4.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E GERENCIAIS UTILIZADAS

Apesar de serem desenvolvidas para públicos diferentes e não possuírem as mesmas características, tanto a contabilidade gerencial quanto a financeira fazem seu papel de informar aos dirigentes os dados financeiros e econômicos necessários para visualizar tudo o que se passa na empresa.

Tendo em vista o trabalho de adequação realizado para o processo de recuperação judicial, elaborou-se, conforme o Quadro 04, uma relação contendo os relatórios obrigatórios pela norma, os que eram elaborados antes do processo de RJ e os que foram gerados pela consultoria, a partir deste levantamento e de uma análise, pode-se verificar as mudanças sofridas durante o processo.

**Quadro 04 – Relatórios financeiros e gerenciais na RJ**

Relatórios	DFs	NBCTG'S	Elaborado antes do processo?	Elaborado para a petição inicial?	Incluído e adaptado pela consultoria?
CONTABILIDADE FINANCEIRA	Balanço Patrimonial	SIM	SIM	SIM	SIM
	Demonstração de Resultado	SIM	SIM	SIM	SIM
	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido	SIM	SIM	NÃO	SIM
	Demonstração de Fluxo de Caixa	SIM	SIM	SIM	SIM
	Demonstração Do Valor Adicionado	SIM	SIM	NÃO	SIM
	Notas Explicativas	SIM	SIM	SIM	SIM
CONTABILIDADE GERENCIAL	Relatório de custos das operações financeiras	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
	Comparativo Orçado x Realizado	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
	<i>Aging List</i>	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
	EBITDA	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
	Orçamento Base Zero	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

Fonte: Dados da pesquisa (2018)



As demonstrações contábeis possibilitam à empresa visualizar a situação financeira em que se encontra em determinado período, buscando facilitar a avaliação no exercício.

#### **4.2.1. Antes da recuperação judicial**

Neste tópico, destacam-se os relatórios utilizados pela organização antes da concessão da Recuperação Judicial e que foram apresentados na petição inicial.

O Balanço Patrimonial é elaborado conforme regulamentado pela norma com as contas pré-determinadas. Ademais, o relatório conta com o breve histórico da empresa, notas explicativas e o relato da auditoria independente, porém havia *déficit* dos lançamentos no sistema, o que tornava as informações imprecisas, além de estar atrasado.

O Demonstrativo de Resultado, relatório que expõe as deduções a partir da receita buscando o lucro ou prejuízo do exercício e o Demonstrativo do Resultado Acumulado que traz os resultados anteriores não tiveram mudanças na forma de apresentação em nenhuma das etapas do processo, porém, também foram prejudicados com o déficit e atraso nas apresentações.

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa era elaborado conforme pré-determinava a norma, no entanto sua apresentação acontecia apenas em um complemento do BP, não sendo utilizado como ferramenta de gestão.

#### **4.2.1. Pedido da recuperação judicial**

Nessa etapa, onde aconteceu a concessão da Recuperação Judicial, datada em julho de 2016, foi necessário apresentar todos os relatórios requeridos, conforme artigo 51 da Lei 11.101/05.

Foi preciso uma força tarefa para reaver todos os demonstrativos exigidos pela lei e que estavam atrasados e/ou que não condiziam com o sistema, elaborá-los conforme determina a norma, auditar e apresentar em tempo hábil ao juiz.

#### **4.3.3. Relatórios contábeis durante a recuperação judicial**

No decorrer da Recuperação Judicial foi necessário implantar medidas que conduzissem a empresa a retomar superávit, sendo necessário adotar um plano de redução dos custos fixos para melhoria da margem operacional e de processos para elevar as margens de contribuição. Para isso, fez-se a implantação de controles financeiros, de custeio, econômicos e de desempenho, medidas que possibilitam indicar os avanços da empresa no decorrer dos anos.

A consultoria foi contratada para suprir a necessidade de profissionais especialistas nas áreas econômica, financeira e de controladoria. Uma das suas implantações foi trazer relatórios gerenciais que permitissem atender as necessidades da empresa em estudo. As ferramentas utilizadas conforme mencionadas no Quadro 03 trouxeram mudanças e novos hábitos para a empresa.

O relatório “Comparativo Orçado x Realizado”, que confronta o orçamento proposto com o realizado, permite que o administrador busque investigar as possíveis variações que decorreram em relação ao faturamento, tanto negativas como positivas, e investigar a causa, corrigindo e valorizando os resultados.

A “*Aging List*” é um relatório financeiro que favoreceu o controle de clientes, conforme exemplifica o Quadro 03. Além de tratar a empresa é necessário um



cuidado especial com os recebimentos, nesse processo, visualizar cada cliente e o índice de atrasos favorece o controle, a cobrança e a liberação de crédito.

O “Relatório de custos das operações financeiras” também é um controle financeiro, conforme embasamento teórico visto no Quadro 03. Ele contribui para a redução de custos, visto que todo o faturamento da empresa é descontado em operações. Com este relatório, além de visualizar os gastos do borderô, também permite um acompanhamento no decorrer dos meses e comparar entre os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios o melhor custo benefício. Desde janeiro até setembro houve uma redução de 22% do custo efetivo, graças a esse acompanhamento e a negociação com os fundos.

O EBITDA mede o resultado operacional da empresa e quanto maior for seu índice, melhor é o resultado. Esta análise passou a ser utilizada pós RJ e traz bons retornos para os gestores.

O “Orçamento base zero” foi uma medida urgente que travou todas as movimentações da empresa. Este grande corte trouxe redução de gastos e a possibilidade de visualizar todas as operações, inclusive as pequenas, que também geram impacto no resultado da empresa.

#### 4.4 ANÁLISE

Neste tópico apresenta-se a experiência da consultoria, mediante a entrevista com o gestor financeiro e ainda a experiência da autora. Em busca de responder as questões levantadas nos objetivos.

##### 4.4.1 Experiência da consultoria

Pós-graduado em gestão de negócios, formado em direito e administração o atual gestor financeiro faz parte da consultoria que foi escolhida para reestruturar a empresa, assessorando as operações, processos e negócios.

Relata que ao chegar à empresa verificou que não elaboravam corretamente os relatórios financeiros exigidos pela norma, e os dados nele contidos não condiziam com a realidade da mesma, devido ao déficit de lançamentos. Logo, foi necessário fazer uma conciliação para descobrir o tamanho da dívida, onde o processo de conciliação durou 180 dias. Após esse período, foi idealizado o plano de Recuperação Judicial.

Foi montada uma força tarefa com foco industrial, administrativo e comercial, onde foi buscado estratégias para recuperar a empresa. Teve redução de mão de obra, houve melhoria de processo de fabricação, redução de custos e implantação de relatórios gerenciais.

A introdução dos relatórios gerenciais de controle foi uma das medidas tomadas para a reorganização da empresa. Os relatórios anteriormente citados no Quadro 03, com enfoque em controle de Ebtida, Fluxo de Caixa, DR, previsão de orçamento até 2022 e o plano orçamentário base zero permitiram aos gestores e aos consultores a possibilidade de visualizar todas as movimentações que acontecem na empresa e impedir que gastos desnecessários ocorressem.

Dessa forma, reduzindo gastos e com um planejamento em médio prazo a empresa conseguirá pagar os credores quando tiver fim o período de carência e se reestruturar diante das dificuldades.



#### **4.4.2 Experiência da autora na recuperação judicial**

A autora é acadêmica do curso de Ciências contábeis, trabalha no setor financeiro da entidade objeto da pesquisa. Realiza seu serviço no setor voltado ao contas a receber e auxilia na demanda dos relatórios gerenciais desenvolvidos pela consultoria.

Ela faz parte do quadro de colaboradores da empresa desde dezembro de 2015, época anterior à Recuperação Judicial. Nesse período, a empresa passava por grandes problemas financeiros, atraso no pagamento de salários resultando em greves, perda de fornecedores e perda de clientes. Consequentemente, a falta de gestão afetava os relatórios contábeis e as suas demonstrações.

A entrada da consultoria em junho de 2016, dispôs uma estruturação estratégica da empresa, com cortes de funcionários, reocupação em outras funções, alteração nos setores e organização da mesma. Mudanças que trouxeram resultados positivos de imediato.

A consultoria também conduziu toda a operação, desde o Plano de Recuperação, seleção de equipe jurídica, negociação com credores em busca da aprovação do plano, realização de investimentos necessários para o processamento do plano em busca da lucratividade, capacitação e treinamento da equipe, para a condução da operação depois da empresa reestruturada.

Realizou a implantação de relatórios gerências os quais tiveram impacto no processo de recuperação da empresa, conforme visto no tópico anterior, trazendo novos valores à entidade.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As contribuições dessa pesquisa evidenciam o apoio dos relatórios financeiros e gerências no processo de Recuperação Judicial, tendo como premissa o esboço dos relatórios usados no processo e uma análise geral de cada um deles.

Para isso, portanto, houve descrição do objetivo da Recuperação Judicial, através da Lei 11.101.05, esta que possibilita recuperar empresas insolventes e preservá-las, além de detalhamento do processo e realce das principais exigências da lei.

O referencial teórico trouxe também a descrição dos relatórios contábeis financeiros exigidos pelas Normas Brasileiras Gerais de Contabilidade, os solicitados pela lei 11.101 para petição da Recuperação Judicial e as implantações feitas através da consultoria, incluindo a melhora na elaboração dos tópicos base e a implantação de novas ferramentas.

Finalizando o referencial teórico é apontada a relação da contabilidade na Recuperação Judicial, esta que fornece as verdadeiras informações financeiras e patrimoniais da empresa, demonstrando a “saúde” da mesma. A partir da contabilidade são analisados os bens, o patrimônio da empresa e a capacidade de quitar as dívidas junto aos credores. Além de fornecer todas as informações necessárias para o processamento da Recuperação Judicial.

Para validar a capacidade das informações contábeis foi realizada uma pesquisa bibliográfica trazendo o arcabouço dos relatórios exigidos pelas normas, os sugeridos pela lei para a petição inicial e os que foram implantados em busca de melhoria do processo.



Por meio dos resultados obtidos compreendeu-se que organizar a empresa e estabelecer a ligação desses demonstrativos possibilita o acompanhamento financeiro e econômico da mesma, buscando corrigir possíveis falhas na gestão e buscar melhorar a administração.

Cada relatório teve seu peso no processo e colaborou para as melhorias que estão acontecendo na empresa. Devido à dedicação de todos os envolvidos e aos resultados positivos do processo de Recuperação Judicial a empresa conseguiu no mês de outubro de 2018 um crescimento de 47,52% comparado ao mesmo período do ano de 2016 que foi marcado pelo processo de Recuperação Judicial.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 320 p.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Fundamentos de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

ATKINSON, Anthony A. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000. 812 p

BEZERRA FILHO, M. J. **Lei de recuperação de empresas e falências comentada**: lei 11.101/2005 – comentário artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BRASIL. **Lei no 11.101**, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a Recuperação Judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial da União, Brasília, Ed. Extra, seção 1, p. 1, 9 fev. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MÁRIO, Poueri do Carmo; AQUINO, André Carlos Busanelli de. **Contabilidade gerencial**: mensuração, monitoramento e incentivos. São Paulo: Atlas, 2007.

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 336 p.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas**. 9 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013. 536 p.

COELHO, F. U. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORPORATECONSULTING. Gestão de Crise. 2018. Disponível em: <<http://corporateconsulting.com.br/servicos>> Acesso em: 10 out. 2018.

INNOVARE ADMINISTRADORA. Falência. 2018. Disponível em: <<http://www.innovareadministradora.com.br/site/>> Acesso em: 27 mar. 2018.





FALK, James Anthony. **Gestão de custos para hospitais: conceitos, metodologias e aplicações.** 2001.

FONSECA, Humberto Lucena Pereira da; KÖHLER, Marcos Antônio. **A nova lei de falências e o instituto da recuperação extrajudicial.** 2005. 38f. Texto para discussão. Senado, Brasília 2005. Disponível em:<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70483>> Acesso em: 14 abril 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Vanessa Pereira Custódio. **A importância da contabilidade na recuperação judicial de empresas: um estudo de caso sobre o pedido de recuperação judicial do Grupo Golfe.** 2014. 60 fl. Trabalho de conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/2685> Acesso em: 20 out. 2018.

JUCESC. Informações, Estatísticas. Disponível em:<<http://www.jucesc.sc.gov.br/index.php/informacoes/estatisticas/333-estatisticas-2018>> Acesso em: 20 out. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). **Contabilidade introdutória.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 335 p.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos.** Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

JUPETIPE, Fernanda Karoliny Nascimento et al. Custos de falência no Brasil comparativamente aos estudos norte-americanos. **Revista Direito GV**, v. 13, n. 1, p. 20-48, 2017.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **A relevância do lucro líquido versus fluxo de caixa operacional para o mercado de ações brasileiro.** São Paulo. 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 10 ed. rev, atual. e moder. São Paulo: Atlas, 2003. 502 p

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial.** 7. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2012. 291 p.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis.** São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p.



MORANTE, Antonio Salvador. Análise das demonstrações financeiras: aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial. São Paulo: Atlas, 2007

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 1999.

PADOVEZE, C L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2000

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil conforme as leis n. 11.638/07 e 11.941/09. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 641 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROGGIA, Antonio Luis Zenkner. **Determinantes da falência de empresas do município de Novo Hamburgo**. 2008.156 fl. Tese de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em:<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2851>>

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 139p.

SANTOS, América Martins dos. **Qualidade do lucro de empresas brasileiras**: uma avaliação empírica a partir do fluxo de caixa das operações. Brasília. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica de Negócios) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006

VASCONCELOS, Ronaldo. Princípios processuais da recuperação judicial. 2012. 222 fl. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-15052013-162049/pt-br.php>>